CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Caso Dark Horse: PF aponta método usado para dificultar rastreio de emendas

Empresas contratadas por uma ONG de Karina da Gama receberam valores de Mario Frias e os repassaram para outra ONG dela, aponta a polícia

Fonte original: Metrópoles. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Metrópoles (metropoles.com)
Autor	Pedro Areal
Data de publicação	10/09/2026 15:18
URL original	https://www.metropoles.com/brasil/caso-dark-horse-pf-aponta-metodo-usado-para-dificultar-rastreio-de-emendas
Relevância	Baixa · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Mário Frias, Flávio Dino, Karina Gama
Organizações	Polícia Federal, Complexsys, Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB)
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 10:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Em um dos casos citados na decisão, a empresa Complexsys, contratada pelo ICB, recebeu transferências diretamente feitas por Mario Frias e, paralelamente, fez devoluções financeiras ao ICB, próprio instituto que a contratou.A corporação ainda aponta que a empresa fez “repasses expressivos” à ANC, outra ONG de Karina, citada pela PF como “organização da sociedade civil que não deveria ter fins lucrativos, e que se insere no mesmo ecossistema operacional”.“Essa circulação de recursos entre o parlamentar, a entidade executora, a empresa contratada e outra organização beneficiária não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Metrópoles

RESUMO

Foram apreendidas sete armas e um celular ligados a Frias. O ministro Flávio Dino ainda determinou que o deputado está proibido de sair do Brasil e de se comunicar com outros investigados.

A Polícia Federal (PF) suspeita de que haja uma fragmentação proposital de valores de emendas parlamentares, entre ONGs e diversas empresas, para dificultar o rastreio do dinheiro em uma operação ligada ao financiamento de Dark Horse, filme biográfico de Jair Bolsonaro.As informações constam na decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a Operação Make Up.A operação financeira envolveria emendas do deputado federal Mario Frias (PL-SP), ONGs de propriedade de Karina da Gama, envolvidas na produção de Dark Horse – como o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Academia Nacional de Cultura (ANC), e diversas outras empresas de terceiros que seriam utilizadas para formar a engenharia financeira. Leia também BrasilDark Horse: emendas de Frias pagaram por tatames e quimonos não entregues Demétrio VecchioliDark Horse: dinheiro público passava por empresas e voltava a Karina Gama Igor GadelhaDark Horse: amigo de Flávio só assinou com produtora 6 meses após repasse Tácio LorranDark Horse: entidade de igrejas e pastores recebeu R$ 928 mil em espécie As ONGs de Karina, segundo a PF, teriam contratado empresas para realizar projetos pagos por dinheiro público. Em um dos casos citados na decisão, a empresa Complexsys, contratada pelo ICB, recebeu transferências diretamente feitas por Mario Frias e, paralelamente, fez devoluções financeiras ao ICB, próprio instituto que a contratou.A corporação ainda aponta que a empresa fez “repasses expressivos” à ANC, outra ONG de Karina, citada pela PF como “organização da sociedade civil que não deveria ter fins lucrativos, e que se insere no mesmo ecossistema operacional”.“Essa circulação de recursos entre o parlamentar, a entidade executora, a empresa contratada e outra organização beneficiária não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas. Ao contrário, evidencia um circuito financeiro fechado, característico de estruturas destinadas à circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação”, diz a PF, citada pelo ministro Flávio Dino na decisão.3 imagensFechar modal.1 de 3Carro da Polícia Federal em frente a casa do deputado federal Mário Frias no Jardim Botânico, em BrasíliaLUIS

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

NOVA / METRÓPOLES@LuisGustavoNova2 de 3Armas apreendidas pela Polícia Federal na operação desta quinta (10/9)PF/Divulgação3 de 3Deputado federal Mario Frias, do Partido Liberal (PL) de São PauloDivulgaçãoA corporação aponta que os elementos da investigação apontam para “inequívoca confusão patrimonial entre o ICB, as empresas contratadas e as pessoas físicas vinculadas ao núcleo investigado”, o que, para a PF, afasta a “hipótese de relações comerciais ordinárias e indicam, em tese, a utilização de pessoas jurídicas como instrumentos de circulação patrimonial e ocultação de valores”.A operação desta quinta-feira (10/9) mirou 49 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo STF, em São Paulo, no Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal. Foram apreendidas sete armas e um celular ligados a Frias. O ministro Flávio Dino ainda determinou que o deputado está proibido de sair do Brasil e de se comunicar com outros investigados.

#8220 #8221 Justiça Polícia Federal (PF) mário frias operação

Fonte original: https://www.metropoles.com/brasil/caso-dark-horse-pf-aponta-metodo-usado-para-dificultar-rastreio-de-emendas · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 28/11/2026 00:01

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.